

O OLHAR DO GESTOR CULTURAL DO ESTADO DO CEARÁ SOBRE A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Resultado de investigação finalizada

GT07- Desenvolvimento Territorial e Local: desigualdades e descentralização

Francisca C. Andrade de Moraes¹

Resumo:

Este trabalho visa analisar o olhar do gestor cultural do estado do Ceará no nordeste brasileiro sobre a cultura como instrumento de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Constituíram-se como sujeitos da pesquisa oito gestores culturais que responderam um questionário semiestruturado. Constatamos como resultados relativos ao olhar do gestor cultural: a necessidade de conhecer a demanda e o potencial cultural locais e implementar políticas que atendam as diversas necessidades desses atores. Percebe-se que o Ceará não dispõe de instrumentos adequados para suportar as políticas culturais condizentes com os objetivos baseados na democratização do acesso aos bens culturais e na participação social na definição das políticas culturais. A abordagem desses objetivos solicita considerar o conceito de gestão territorial como espaço de consecução dessas políticas.

Palavras Chave: Gestão Cultural. Cultura e Desenvolvimento. Políticas Públicas de Cultura.

1 Introdução

Ao longo dos últimos 20 anos, minha inserção como gestora no campo cultural como gestora me permitiu à compreensão de sua complexidade, haja vista tanto sua diversidade quanto as questões de gestão neles envolvida, fato que exige dos gestores um olhar sobre os mecanismos de interação com as demais instâncias da política, tais como: educação, trabalho, saúde, assistência social, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, turismo, economia, dentre outros.

O Brasil é um país com uma vasta área territorial, reconhecido também como o país da criatividade e da diversidade cultural (Furtado, 2012), o que o faz reconhecido e admirado mundo afora. Tais diferenças possibilitam a entrada em um mercado internacional de produtos de conteúdos e bens culturais, somados aos produtos e serviços tradicionais, o que justifica seu enorme potencial com base estratégica de desenvolvimento.

Contudo, para que isso aconteça de fato, precisamos planejar e implementar políticas, programas e ações consistentes e transversais que coloquem de fato a cultura no eixo central do desenvolvimento sócio-econômico sustentável (continuidade) do país. De acordo com Miguez, “(...) temos a responsabilidade de compreender que a economia da cultura não pode pretender ser maior e mais importante do que a cultura”. (2011, p.06-07)

O acesso aos bens e serviços culturais é porta da consciência coletiva, capaz de transformar o ambiente sociocultural dos cidadãos. É, portanto, necessário trabalhar a cultura de forma estratégica, levando em conta os componentes econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e jurídicos que com ela se relacionam, além da observação de elementos, como os números e indicadores culturais

¹ Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de Curso de Pós-Graduação em Gestão Cultural realizado em parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Cultura (Brasil).

indispensáveis a formulação das políticas no campo da cultura.

A cultura, em seu sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando de qualidade de vida. (Botelho, 2001, p.75).

Dentro desta perspectiva, a política cultural deve ser compreendida como “(...) um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as **necessidades culturais** da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (Teixeira Coelho, 1997 apud Reis, 2007, p.140).

Podemos afirmar, portanto, que um modelo atual de desenvolvimento, não pode estar baseado em preocupações e critérios puramente econômicos, mas sim em um desenvolvimento integral e harmônico que assegure a cultura como um elemento fundamental da atividade governamental e um fator decisivo de progresso social. Não basta traçar políticas e elaborar planos de cultura². Hoje mais do que nunca, é necessário conhecer o perfil dos gestores e investir em cultura. É notório o desconhecimento desses gestores culturais sobre a importância do papel da cultura no desenvolvimento socioeconômico do Ceará (Brasil), o que influencia no distanciamento de soluções voltadas para as possibilidades de avanço e consolidação das políticas culturais enquanto políticas de estado.

Demonstra-se, nesse sentido, a relevância de que a gestão dos secretários de cultura esteja perpassada pelas demandas da sociedade, não podendo ser executada sem uma coerente referência aos seus anseios. Furtado (2012, p.96)³ corrobora com este pensamento ao afirmar que
o essencial da vida cultural nasce na sociedade, manifesta-se na sociedade. Portanto, tem que se traduzir em projetos cuja execução caiba à própria sociedade. O acompanhamento da realização desses projetos deverá ficar a cargo das Secretarias de Cultura (...).

Na cena das políticas públicas de cultura, em que se acentua a importância de se pensar o papel do gestor cultural no cenário do desenvolvimento local, uma pergunta fundamenta esta pesquisa: como a cultura, sob o olhar dos gestores culturais, pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado do Ceará?

Para responder a esta indagação, proponho como objetivo geral de pesquisa “analisar o olhar do gestor cultural do estado do Ceará sobre a cultura como instrumento de desenvolvimento” e como objetivos específicos “identificar o perfil do gestor cultural do Estado do Ceará nas suas macrorregiões”, “caracterizar a política municipal de cultura existente em municípios de quatro macrorregiões cearenses” e, “apresentar, a partir do referencial do campo organizacional da cultura, as potencialidades, desafios e problemas existentes para o desenvolvimento da cultura local a partir das diversas percepções apresentadas pelos gestores”.

Entende-se que esta pesquisa poderá contribuir com a formulação de diagnóstico sobre a situação do campo da cultura no estado do Ceará, bem como para a proposição de alternativas de melhorias da gestão cultural, para a implementação de políticas públicas, valorização da diversidade cultural e inserção das políticas de minorias.

² O estado do Ceará possui dois planos de cultura: o Plano de Desenvolvimento Cultural (1995 – 1996), da gestão do Secretário Paulo Linhares e o Plano de Estadual da Cultura (2003 – 2006) da Secretária Claudia Leitão.

³ Pronunciamento na abertura do Fórum de Secretários da Cultura em Brasília, 09.Abril.1987 e reeditado na obra “Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura”. Coleção Arquivos de Celso Furtado, Volume 5, Contraponto Editora Ltda., 2012).

2 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo se insere no âmbito da pesquisa social, privilegiando aspectos relativos à pesquisa quantitativa (Moresi, 2003), à pesquisa documental (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009) e à pesquisa qualitativa (Minayo, 2011). A utilização de métodos mistos em um procedimento de pesquisa ressalta a importância da realização de processos de triangulação, que favorecem a ratificação de material obtido ao se configurar como uma estratégia de diálogo entre áreas distintas de conhecimento, capazes de viabilizar o entrelaçamento entre teoria e prática e de agregar múltiplos pontos de vista das variadas formulações teóricas (Garnelo, 2006). Nesta pesquisa, a triangulação contribuiu para uma coerência entre os objetivos propostos e a proposta metodológica empreendida.

2.1 O contexto da pesquisa

O Estado do Ceará possui 184 municípios e tem uma população estimada em 8.452.381 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Estado está dividido em 8 Macrorregiões (Baturité, Cariri-Centro Sul, Litoral Leste-Jaguaribe, Litoral Oeste, Região Metropolitana de Fortaleza, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns e Sobral-Ibiapaba).

A pesquisa contou com um universo representativo de 4 (quatro) macrorregiões cearenses (Baturité, Litoral Leste-Jaguaribe, Sertão Central e Sobral-Ibiapaba). Em cada uma delas foram escolhidos 2 (dois) municípios. A saber: Sobral e Pacujá, pertencente à Macrorregião Sobral-Ibiapaba, Limoeiro do Norte e Alto Santo, da Macrorregião do Litoral Leste-Jaguaribe, Redenção e Guaramiranga, da Macrorregião Baturité e Quixadá e Deputado Irapuan Pinheiro, conforme pode ser observado na Anexo 1.

Os critérios para seleção dos municípios recaíram sobre a observação dos índices populacionais (IBGE, 2006a; 2009), sendo eleito um município de maior e um de menor índice populacional/Macrorregião; dos índices de desenvolvimento humano educacional (PNUD, 2000) e a da importância do município no campo cultural, segundo análise dos índices da MUNIC 2006 e 2009 e do Índice de Gestão Municipal em Cultura (IGMC), que trabalham com as variáveis, fortalecimento institucional e gestão democrática, infraestrutura e recursos humanos e ação cultural.

Na Tabela 2 abaixo é apresentado o perfil populacional dos municípios participantes da pesquisa.

Tabela 2 - Perfil populacional dos municípios participantes por macrorregião

Sobral – Ibiapaba		Litoral Leste – Jaguaribe		Baturité		Sertão Central	
Município	Pop. (Hab.)	Município	Pop. (Hab.)	Município	Pop. (Hab.)	Município	Pop. (Hab.)
Sobral	188.271	Limoeiro do Norte	56.281	Guaramiranga	4.165	Quixadá	80.605
Pacujá	5.986	Alto Santo	16.360	Redenção	26.423	Dep. Irapuan Pinheiro	9.094

Fonte: Elaborado pela autora

A identificação e análise dos indicadores culturais das MUNIC no estado do Ceará (IBGE, 2006a; 2009) e do IGMIC, possibilitada mediante pesquisa documental, permitiu a caracterização das quatro macrorregiões pesquisadas.

Para que a pesquisa fosse viabilizada, foram realizados questionários com representantes dos Fóruns de Cultura e Turismo das respectivas regiões, pois percebeu-se que alguns municípios não contavam com seus representantes oficiais da Secretaria Municipal de Cultura. Participaram da investigação, portanto, representantes do poder público municipal (4 secretários de cultura dos municípios) e sociedade civil (4 presidentes dos fóruns regionais, integrando os gestores culturais do Estado). Ao longo do texto, os sujeitos serão referenciados como S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7 e S8.

2.2 Obtenção e análise dos dados

Foram coletadas informações com gestores culturais das 04 (quatro) macrorregiões escolhidas, a partir de 01 (um) questionário semiestruturado com perguntas objetivas e abertas, elaboradas para a realização desta pesquisa com a finalidade de: a) obter dados socioeconômicos e culturais locais; b) identificar as potencialidades existentes para o desenvolvimento da cultura local segundo as percepções dos gestores.

A análise dos foi orientada pelas concepções de Laurence Bardin (1979/2011) no que se refere a sua proposta qualitativa de análise de conteúdo temática. Foram eleitas, com base nos objetivos propostos, categorias pré-estabelecidas. Após organização e leitura flutuante das respostas dos participantes no Questionário, elaborou-se subcategorias e a elas foram agrupados temas condizentes, conforme pode ser observado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Relações entre categoria, sub-categorias e temas observados

CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	TEMAS OBSERVADOS
3. Percepções dos gestores das potencialidades e desafios para o desenvolvimento da cultura local	3.1 Ações importantes para implementação de políticas de cultura no Ceará;	<ul style="list-style-type: none"> - Consideração das diversidades regionais; (1) - Existência de Fundo Municipal de Cultura; (1) - Cumprimento das leis de federalismo cultural; (1) - Fortalecimento dos mecanismos de controle e participação social; (3)⁴ - Maior Interação entre gestores de regiões comuns; (1) - Articulações Políticas; (3) - Observação do Perfil do gestor; (1) - Capacitação dos gestores. (2)

Fonte: Elaborado pela autora

3 O GESTOR CULTURAL DO ESTADO DO CEARÁ

3.1 O perfil do gestor cultural

Na presente pesquisa, são caracterizados os gestores culturais atuantes dos oito municípios pesquisados. Para conhecer a realidade das diferentes áreas culturais, foram identificadas singularidades das regiões, dos seus gestores, bem como de sua possível contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

⁴ As numerações seguidas aos temas indicam a recorrência, entre os conteúdos expressos pelos oito participantes, de sua referência entre os sujeitos.

O Perfil do Gestor foi definido segundo sexo, faixa-etária, área de formação, área de atuação, tempo de exercício na área como gestor cultural e função desempenhada antes do exercício de gestor cultural.

Em relação ao sexo, constatou-se que a maioria, 06 (75%) é do sexo masculino e apenas 02 (25%) é do sexo feminino. Conclui-se, de acordo com estes números, que existe uma predominância de gestores culturais do sexo masculino, ou seja; os homens estão à frente das instituições de cultura nas macrorregiões pesquisadas. Compreendemos que, a exemplo das outras instituições públicas das três esferas públicas (federal, estadual e municipal), fica evidente entre os gestores a clássica divisão sexual do trabalho, predominando o sexo masculino na divisão do poder.

É importante constatar que, segundo o Relatório do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (Brasil, 2010), as mulheres representam mais da metade da população e do eleitorado, tem maior nível de escolaridade, representa quase 50% da população economicamente ativa do País, mas não chegaram a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos governos municipais e estaduais, nas secretarias do primeiro escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos sindicatos e até nas reitorias⁵.

A proporção de mulheres dirigentes (4,4%) também é inferior à proporção de homens dirigentes (5,9%). A diferença de 1,5% é a mesma desde o ano de 2003, de acordo com o mesmo estudo, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

De todos os indivíduos, 03 (37,50%) encontram-se na faixa etária de 30 - 40 anos; 02 (25%) entre 41 - 50 anos; 01 (12,50%) entre 51 - 60 anos e 02 (25%) acima de 60 anos. Os dados referentes à idade revelam que o maior índice investigado está na faixa etária entre 30 - 40 anos. Tais valores comprovam que os gestores em sua maioria já possuem algum tempo de experiência profissional, não são, pois caracterizados como jovens ou jovens adultos, intervalo etário que vai até 29 anos.

Dentre os gestores investigados, 7 (87,50%) fizeram curso de graduação e apenas 1 (12,50%) não cursou a graduação. No que se refere à pós-graduação, 5 (62,50%) apresentam este nível de qualificação, ao passo que 3 (37,50%) não cursaram.

De acordo com os dados obtidos, constatamos que a maioria dos gestores é graduada e pós-graduada sem especialização na área cultural, mas apresentando condições e nível de aperfeiçoamento. No entanto, todos os cursos concluídos pelos mesmos, de graduação e pós-graduação, não estão situados no campo da gestão cultural. Tal fato indica que, a priori, os gestores não estão especificamente qualificados para atuar no campo cultural, o que demonstra a escassez de cursos de formação de gestão cultural⁶.

Dos gestores investigados, 04 (50%) são secretários municipais de cultura e 04 (50%) presidentes do fórum regional de cultura e turismo das localidades representadas na pesquisa. Importante ressaltar que os presidentes dos fóruns regionais de cultura e turismo, em alguns casos, já vivenciaram experiências práticas como gestores municipais de cultura. Neste aspecto, destacamos que a principal característica dos entrevistados no que se refere à área cultural é o campo político, posto que, em muitos momentos, os fatores que determinam o exercício desses profissionais na área cultural são as interferências políticas. Trata-se das muitas disputas de poder que encontram solo fértil no campo cultural para o desenvolvimento de ações que, por não estarem estruturadas como iniciativas públicas de estado acabam configurando-se como medidas de governo pontuais, assistemáticas e fora da agenda governamental.

Dos investigados 3 (37,50%) trabalham na área da gestão cultural desde um período compreendido entre 1 e 5 anos; enquanto que 5 (62,50) já trabalham desde um intervalo entre 6 e 10

⁵ Grifo nosso.

⁶ Contudo, destaca-se como iniciativa relevante para a qualificação de gestores a experiência oriunda da parceria entre a Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Ministério da Cultura, mediante a formulação do Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, que deu origem a este trabalho.

anos. Os dados reforçam a idéia de que o gestor cultural tem experiência política e que tal fato o qualifica para o exercício da gestão cultural.

Os gestores culturais desempenhavam funções distintas antes do desempenho de atividades como gestor cultural, sendo 1 (12,50%) arquiteto; 1 (12,50%) engenheiro agrônomo; 3 (37,50%) produtores culturais, 1 (12,50%) estudante; 1 (12,50%) gestor cultural; e 1 (12,50%) professor de ensino médio. Os dados esclarecem o fato das áreas de graduação e pós-graduação cursadas pelos investigados serem de campos que não o cultural.

Os resultados revelam que existe uma migração de outras profissões para a área cultural, e sinaliza uma necessidade de criar oportunidade de formação, capacitação e aperfeiçoamento, buscando atualização de conhecimento nesse campo. Estes dados apontam para o fato de que o principal fator de escolha do gestor cultural passa, em especial, pela afiliação política. O atributo “qualificação em gestão cultural” não é levado em consideração na escolha do gestor.

A observação de que os entrevistados em sua maioria são oriundos de espaços de capacitação técnica diferenciados indica que não há um caminho de formação específico para os gestores culturais, o que deve ser colocado em reflexão, pois tudo leva a crer que o gestor cultural deve ser um homem ou mulher do campo da cultura e, portanto, conhecedor de suas especificidades. Seria, portanto, um caminho a ser pensado aquele que favoreceria o acesso dos sujeitos já envolvidos com a cultura com espaços de formação na área de gestão cultural.

3.2 Caracterização do órgão gestor da cultura no município

A caracterização dos órgãos gestores da cultura, neste estudo, é concebida segundo a existência ou não de secretarias exclusivas nos municípios pesquisados e os nomes atribuídos aos órgãos de cultura locais.

Com relação à caracterização do órgão responsável pela cultura no município investigado, somente 1 (12,50%) possui secretaria de cultura exclusiva; 6 (75%) são órgão municipais que executam as atividades de cultura em conjunto com outras políticas setoriais e 1 (12,50%) é um órgão da administração indireta, uma fundação cultural.

Estes resultados revelam o grau de importância que a cultura tem no cenário atual das políticas públicas de cultura, quer seja, a cultura não possui regulamentação própria, estando a cargo das demais pastas, educação, esporte, ciência e tecnologia e turismo. Constatamos a necessidade de implantação nos três níveis de esfera dos governos (federal, estadual e municipal) de políticas voltadas para atender as demandas específicas.

A denominação dos órgãos de gestão cultural: 3 (37,50%) são intituladas de secretaria de cultura e turismo; 1 (12,50%) é nomeada secretaria de esportes, juventude e cultura; 1 (12,50%) é secretaria municipal de cultura; 2 (25%) são secretaria de educação e cultura e 1 (12,50%) é fundação cultural.

3.3 Definição da política municipal de cultura

Aos participantes da pesquisa, foi indagado se consideravam haver uma política municipal de cultura. Dentre os gestores, 6 (75%) dizem possuir política de cultura em conjunto com outras políticas setoriais e 2 (25%) afirmam não possuir. Uma vez questionados sobre aqueles que deveriam ser os principais objetivos da política municipal de cultura, os participantes escolheram, dentre oito objetivos, quatro que julgavam com maior relevância. Dentre o universo representado pelos oito gestores, a recorrência da escolha e a porcentagem representada podem ser observadas na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Objetivos da Política Municipal de Cultura, segundo os participantes

OBJETIVOS	QUANTIDADE	%
Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural	7	21,87
Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais	5	15,63
Dinamizar as ações culturais do município	7	21,87
Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população	4	12,50
Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais	4	12,50
Integrar a cultura ao desenvolvimento local	4	12,50
Descentralizar a produção cultural	-	-
Democratizar a gestão cultural	1	3,13
TOTAL	32⁷	100,00

Fonte: Elaborado pela autora

A grande maioria (7) considerou como principal objetivo “preservação do patrimônio, histórico, artístico e cultural”. Em seguida, a responsabilidade em “dinamizar as ações culturais do município”, e em terceiro lugar “garantir a sobrevivência das tradições culturais locais” e finalmente “tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população”.

Ao serem questionados sobre a existência de órgão gestor municipal e os mecanismos de gestão para implantação do Sistema Municipal de Cultura e, conseqüentemente a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), no universo investigado dos 8 municípios, 4 (50%) possuem conselho municipal de políticas culturais; 5 (62,50%) já tem seu plano municipal de cultura; 3 (37,50%) possuem fundo municipal de cultura implantados; e 7 (87,50%) já aderiram ao SNC. No que se refere aos mecanismos de gestão dos municípios, identifica-se que, em sua maioria (7), já aderiram ao Sistema Nacional de Cultura.

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura sinaliza que os gestores municipais e estaduais se mobilizam no campo da cultura, realizando conferências, elaborando os planos municipais e estaduais de cultura e efetivando os conselhos e fóruns. Estas ações indicam a tomada de consciência quanto à importância da implementação efetiva das políticas de cultura.

Outro passo significativo para a efetivação das políticas culturais diz respeito ao desenvolvimento do mapeamento cultural, que consiste em um cadastro das manifestações culturais pertencentes ao sistema de informação e de indicadores sociais. O intuito de sua formulação é compartilhar, entre as esferas de governo, os dados culturais para sua publicização. A realização deste mapeamento contribui para a efetivação do princípio da democratização da cultura, além de auxiliar a gestão na elaboração de planos, decisões e caminhos possíveis para as práticas regionais e locais (Estado de Alagoas, 2013).

Dentre os gestores culturais investigados 6 (75%) responderam ter o mapeamento cultural atualizado e apenas 2 (25%) não atualizados.

O processo de atualização dos mapeamentos culturais, conforme observado na fala do entrevistado S3, conta com a contribuição de outros seguimentos de gestão, além de se fundamentarem

⁷ Todos os municípios responderam 04 objetivos, somando um total de 32 respostas.

em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC).

No que concerne a sua contribuição para o desenvolvimento da política cultural, o entrevistado S1 destacou a importância do mapeamento para a valorização da diversidade local.

“Atualizado em 2012, este instrumento favorece a discussão da cultura em seus aspectos múltiplos, valorizando a diversidade das expressões, do pluralismo das opiniões, da análise e aproveitamento de vetores e variáveis que interferem e influenciam as manifestações culturais no município”. (Entrevistado S1).

Nesse sentido, o gestor tem ao seu dispor, por meio deste mapeamento, um levantamento das manifestações artísticas e culturais, fato que sugere que o mesmo tenha conhecimento da realidade local, podendo pensar e realizar ações dentro das políticas públicas dirigidas aos diversos setores do município na perspectiva de alcançar um grau de satisfação com relação às políticas públicas no campo da cultura.

3.4 As potencialidades e desafios da cultura local

A identificação das percepções dos gestores das potencialidades, desafios e problemas para o desenvolvimento da cultura local, presente na análise da fala dos gestores participantes da pesquisa possibilitou a elaboração de duas subcategorias: a) as ações relevantes para implementação de políticas de cultura no Ceará; b) a percepção do papel da cultura no desenvolvimento local.

Dentre as ações relevantes para a implementação de políticas de cultura no Ceará, foram mencionados com maior recorrência pelos entrevistados: o fortalecimento dos mecanismos de controle e participação social (3); as articulações políticas (3); a capacitação dos gestores (2) e a criação de pólos regionais de cultura (2).

No cenário dos conceitos e valores que norteiam as políticas públicas de cultura, constatamos é que cada gestor entrevistado tem suas peculiaridades, com aspectos em comum do ponto de vista do entendimento dos objetivos necessários para a formulação e implantação das políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes federativos e a sociedade civil, na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Podemos, assim, perceber casos de recorrência entre os gestores quanto ao reconhecimento da importância de ações de fortalecimento dos mecanismos de controle e participação social, capacitação dos gestores, articulações políticas entre as instâncias de governo e criação dos pólos regionais de cultura como elementos para implementação de políticas culturais.

Embora as demais ações tenham sido pontuadas em um único momento, percebe-se que os gestores possuem compreensão sobre os caminhos necessários para a implantação das políticas. Contudo, ainda se faz necessário que este gestor compreenda estas medidas dentro de uma visão sistêmica ampliada.

Por conseguinte, a percepção dos gestores de como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento está organizada em torno de distintos aspectos, sendo apresentados com maior recorrência: como fonte de geração de renda (2); como interface com outros setores (Ex. turismo, educação e meio ambiente) (5); importância do fortalecimento da identidade cultural local (3) e para preservação do patrimônio cultural (2).

Durante a análise, as principais referências aos mecanismos de gestão são: a transversalidade da cultura; a participação social e a descentralização das ações; a territorialização e a democratização do acesso.

É importante ressaltar que o processo de descentralização ganhou ares de democratização tendo como elo a perspectiva de participação e controle social da ação do governo. Constatamos, portanto,

que a descentralização tem proporcionado ao poder local visibilidade para empreender formas inovadoras de gestão, oportunizando a participação dos diversos atores (Lubambo & Coêlho, 2005).

Embora não seja referida diretamente, a transversalidade da cultura aparece na fala de cinco dos oito gestores participantes, sendo exemplificada no caso do entrevistado S6 quando enfatiza a importância da interface entre o campo da cultura e outros setores públicos da gestão (turismo, saúde, educação e meio ambiente), elemento que, uma vez não ocorrendo, culmina por se constituir como um problema do campo organizacional da cultura.

A cultura é uma ferramenta valiosa de geração de renda, inclusão social e geração de impostos. No entanto, há necessidade de se considerar as suas **interfaces com outros setores como** o turismo, saúde, educação e meio ambiente, o que constatamos é que há pouca integração desses setores. De forma integrada, a cultura pode contribuir com a geração de emprego e renda, e de certa forma contribuir para diminuir as desigualdades regionais (Entrevistado S6, 2012, grifo da autora).

A participação social, por sua vez, aparece como fator essencial para a garantia da representatividade popular nas decisões do curso da gestão cultural, o que pode favorecer a promoção da descentralização das ações, possibilitando a implementação de políticas que atendam às necessidades dos territórios regionais. Esse pensamento está presente na argumentação do entrevistado S4 que afirma que

(...) **a gestão participativa em conjunto com a sociedade civil** através dos Fóruns de Linguagens, dos Fóruns Regionais, dos Conselhos Municipais e Estadual, da promoção à **descentralização das ações** dos equipamentos culturais do Ceará (...). Como também a promoção da transversalidade das políticas culturais em ações compartilhadas com as demais secretarias de governo (Entrevistado S4, 2012, grifo da autora).

A territorialização, nesse sentido, aparece como possibilidade de atenção para o desenvolvimento das necessidades e potencialidades locais, configurando-se como mecanismo fundamental de gestão cultural. De acordo com o entrevistado S7,

o aprimoramento dos conhecimentos relativos às políticas culturais em virtude da implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, com a **formulação de planos e projetos estratégicos atendendo todo o território**, o que irá também, **permitir avaliarmos o processo de criação, elaboração e gestão das políticas locais** permitindo ampliar as relações entre regiões com vistas à elaboração de novas redes de cultura (...) (Entrevistado S7, 2012, grifo da autora).

Dessa forma, a participação social, a descentralização das ações e a territorialização caminham juntos e se configuram instrumentos de garantia à democratização do acesso, a promoção e a preservação da diversidade cultural em benefício da coletividade. O entrevistado S1 ressalta estes aspectos afirmando que;

a cultura como ação integradora deve ser entendida como vetor estratégico e estruturante para o desenvolvimento da sociedade e de seus lugares e tem papel

relevante na construção de identidade local e nacional (Entrevistado S1, 2012, grifo da autora).

Contudo, embora apresentem em suas falas elementos relevantes para a gestão, percebe-se que um fator que dificulta o pleno exercício da cultura como instrumento de desenvolvimento é, em certo sentido, a falta de um pensamento sistêmico integrado às prerrogativas das políticas de cultura no âmbito federal, municipal e estadual.

Além disso, percebe-se como relevante a necessidade de ser assegurado aos gestores espaços de formação no campo organizacional da cultura, o que pode favorecer caminhos de diálogos efetivos entre o Estado, os gestores e a sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, destaca-se que a cultura se constitui como instrumento para o desenvolvimento, pois, independente do universo populacional dos municípios, quando há investimentos nas políticas públicas desse campo é possível perceber mudanças de pensamento e alterações de comportamentos em relação à participação nas atividades culturais locais. É nesta perspectiva que a sociedade civil cumpre papel decisivo na construção dos sistemas culturais públicos e do estado democrático. A viabilização dos sistemas de cultura depende principalmente da participação da sociedade civil na definição de suas prioridades e no acompanhamento das metas programadas.

A distinção do contexto cearense em macrorregiões político-administrativas nos faz refletir sobre a coerência desta divisão o que, na verdade, reflete a idéia de territorialização sugerida para o campo da cultura. Desse modo, a divisão territorial nos possibilitou a observação das singularidades, potencialidades e desafios vivenciados pelos sujeitos dentro de um espaço comum. Com isso compreendemos, de modo específico, a importância da divisão dos territórios e suas representações simbólicas; as conexões entre a geografia física e o campo cultural e suas pertinências para o estudo da diversidade cultural. Assim, a descentralização das ações e o fortalecimento da participação social no contexto local são sugeridos como alternativas de modelos a serem perseguidos para compor um quadro de gestão territorial complexa.

Um dos grandes desafios da gestão cultural, pensada nesses moldes, seria minimizar as interferências políticas no campo da cultura. A política, de modo geral, no estado do Ceará, carrega avanços e retrocessos nos processos de desenvolvimento no campo cultural. O fato é que no campo da cultura as disputas de poder se estabelecem a partir do território. A perspectiva de mudança desse cenário passa pela ideia de políticas públicas estruturadas, com a efetiva participação dos cidadãos nos seus modos de fazer, saber, perceber, produzir e de consumir a arte e a cultura.

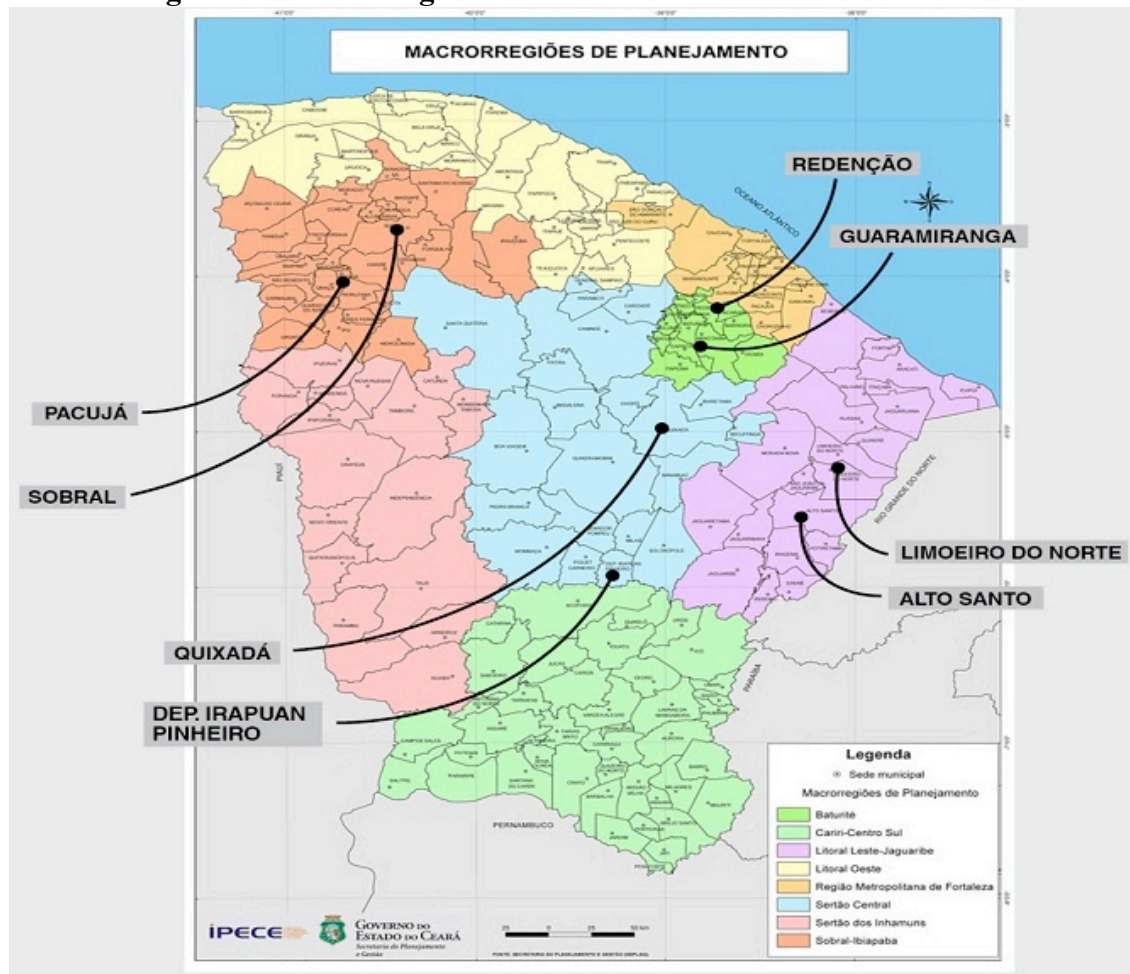
Por fim, um planejamento regional, que compreenda o traçado das oito macrorregiões existentes no estado do Ceará, deve considerar a área territorial, as particularidades locais, fatores necessários à implementação das políticas públicas de cultura no Estado, que se efetive a partir de um mapeamento dos calendários de eventos, dos arranjos produtivos da cultural local bem como as potencialidades e complementariedades econômicas que os acompanham. Considerando todos estes aspectos, poderemos conceber mecanismos que possam ser incorporados como estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado, contribuindo para fortalecer as três esferas de governo responsáveis pela implementação das políticas públicas no campo da cultura.

ANEXO A

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. (1979/2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 279p.
- BOTELHO, Isaura (2001). Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.15, n. 2, p. 73-83.
- BRASIL. (2010) Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2009/2010*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.80p.
- FURTADO, Celso (2012). *Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura*. Arquivos Celso Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- GARNELO, Luiza (2006). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. *Cad. Saúde Pública*, v.22, n.5, p.1115-1117.
- IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. (2006)*. Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006>. Acesso em: 10.out.2012.
- _____. (2009) *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC*. Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2009/>. Acesso 10 out 2012.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. & COELHO, Denílson Bandeira (2005). Atores Sociais e estratégias de participação no Programa Governo nos Municípios. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MIGUEZ, Paulo. (2011). A economia da cultura. *Revista Letras*, Belo Horizonte, n.45, p.06-07, jan. 2011.
- MINAYO, M.C.S. (2011). O desafio da pesquisa social In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.9-29.
- MORESI, Eduardo (2003). *Metodologia da Pesquisa*. Universidade Católica de Brasília. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa.pdf. Acesso em: 15.jan.2013.
- PNUD (2000). *Ranking do IDH dos Municípios do Brasil*. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx. Acesso em: 15.jan.2013.
- REIS, Ana Carla Fonseca (2007). *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri, SP: Manole, 354p.
- SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, C. D.; & GUINDANI, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. São Leopoldo, v.1, n.1, p.1-15, jul.2009.

Figura 1 – Macrorregiões Cearenses



Fonte: IPECE. Adaptação da autora